

O Instituto Avon e a
Associação Palas Athena
apresentam:



NÃO VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Convivência e Parceria

Lia Diskin e José Romão Trigo de Aguiar



Palas Athena

INSTITUTO
AVON

ÍNDICE

Apresentação: Caminhos para a Não Violência **4**

Não Violência Doméstica: Convivência e Parceria

I - Introdução **6**

II - O que é Natural **13**

III - As múltiplas faces da violência **26**

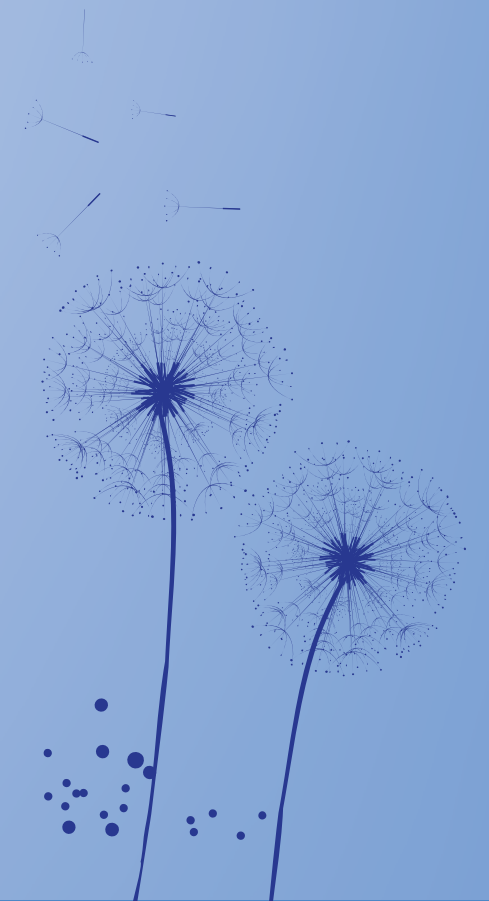
IV - Violência doméstica ou intrafamiliar **29**

V - Redes de prevenção e de proteção **35**

Bibliografia **38**

Os autores **39**

Sobre o Instituto Avon **40**



Caminhos para a Não Violência



Um dos recursos para entender e superar a violência doméstica é a informação, daí a importância de compartilhar conhecimento e exercitar o diálogo sobre esse tema que se tornou epidemia mundial. Enfrentá-lo de maneira efetiva e equilibrada é um desafio imposto a toda a sociedade. Como um dos articuladores dessa causa, o **Instituto Avon** vem propondo ampliar a abordagem do enfrentamento da violência doméstica. Além de apoiar a divulgação do número 180 e a Lei Maria da Penha, o Instituto também considera que é fundamental compreender as possíveis causas e endereçar soluções de conflitos por meios pacíficos, a partir do seu entendimento e reflexão com toda a sociedade.

A cartilha que você recebe agora é uma delas. Síntese do Seminário Não Violência Doméstica, coordenado pela professora Lia Diskin, da Associação Palas Athena – realizado em São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Porto Alegre –, a cartilha trata das origens históricas da violência, suas adaptações culturais e os clichês enraizados em torno dela. Faz, ainda, o contraponto entre violência e relacionamentos baseados na cooperação e fundados no respeito.

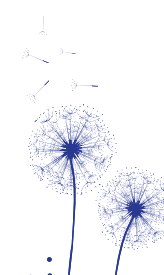
O objetivo da cartilha é colaborar para que a sociedade crie condições para a construção desses caminhos. Ao disponibilizá-la para *download* gratuito por meio do *site* www.institutoavon.org.br, o **Instituto Avon** espera que ela seja reproduzida nos mais diferentes ambientes e círculos – de instituições a ONGs – e disseminada por formadores de opinião, como administradores públicos, professores, agentes de saúde e líderes comunitários.

A cartilha, certamente, servirá como condutor de encontros e oficinas sobre violência intra-familiar e de gênero e terá cumprido seu papel, caso se configure como instrumento eficiente na elaboração de relacionamentos mais pacíficos, felizes e saudáveis. Dessa forma, o **Instituto Avon** acredita estar contribuindo para ampliar a discussão sobre a violência doméstica e o entendimento sobre as maneiras mais eficientes de preveni-la e reduzi-la.

Parte do conjunto de ações desenvolvidas em 2010 no âmbito da campanha Fale Sem Medo – Não à Violência Doméstica, o Seminário soma-se aos esforços da Avon no Brasil em se alinhar à campanha mundial da Avon Foundation for Women, Speak Out against Domestic Violence. Criada em 2004 ela tem investido recursos em programas de conscientização, educação, prevenção e atendimento direto às mulheres que enfrentam a violência. Globalmente, mais de 30 milhões de dólares já foram destinados a essa causa.

Lírio Cipriani

Diretor Executivo do Instituto Avon



Não Violência Doméstica: Convivência e Parceria

I - INTRODUÇÃO

Paradoxalmente, foram as pesquisas sobre a Paz – iniciadas na década de 1950 – que deram visibilidade a diferentes tipos de violência, desde as mais evidentes (como a das guerras) às mais ocultas e disseminadas, chegando às que permeiam as relações intra-familiares no espaço doméstico. Revelar o caráter violento de determinadas instituições e práticas sociais é o primeiro passo para tirar delas a legitimidade e a naturalidade que lhes são indevidamente atribuídas. Falar e alimentar o debate público sobre questões que se perpetuam insidiosamente sob o manto do abuso de poder, da ameaça constante, da humilhação e do terrorismo emocional são manifestações de maturidade e fortalecimento das redes sociais, firmadas entre instâncias governamentais e a sociedade civil.

Em consequência, podemos afirmar que uma sociedade será mais ou menos pacífica na medida em que reconheça e implemente políticas públicas de resolução dos tipos de violência que vigoram nela. Eis porque celebramos a coragem da sociedade brasileira de tornar pública uma questão tão delicada e difícil como é a da violência doméstica, que nos remete ao espaço do lar e da família, considerados historicamente como algo sagrado e que acontece dentro das fronteiras do mundo da vida privada, por isso mesmo se afigurando como intocável.

Porém, da mesma forma que não é lícito armazenar na própria casa objetos que coloquem em risco a integridade física das pessoas que nela vivem ou ainda daquelas que moram na vizinhança, é inadmissível violar a dignidade intrínseca à condição humana, assegurada pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e cuja proteção se encontra incorporada à Carta Magna de quase todos os países dela signatários, entre eles o Brasil. A premissa fundamental dessa Declaração se encontra no artigo 1º, que afirma:

Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade.

E no artigo 2º acrescenta:

Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

Isto significa que, pelo simples fato de existir, qualquer ser humano deve ter igualdade de oportunidades para desfrutar de cada um desses direitos – e a liberdade é o fundamento de todos eles. Porém, os direitos dos demais possibilitam e limitam a liberdade de cada pessoa que pode e deve agir com base na responsabilidade acarretada pela sua própria liberdade, sem o que a convivência e mesmo a sobrevivência humana seriam impossíveis. Eis por que a violência sempre é violação de direitos.

Cabe salientar que a Declaração Universal dos Direitos Humanos, talvez a construção social mais importante até agora empreendida, é relativamente recente. Foi proclamada em 10 de dezembro de 1948. Sua implementação e metabolização, em todos os cantos do planeta e em todos os setores sociais, representa um desafio constante, pois contesta o modelo patriarcal que ainda orienta o padrão de relacionamento entre homens e mulheres e entre adultos e crianças em muitos lugares, inclusive na sociedade brasileira.

Isso se evidencia de maneira clara justamente no seio do lar, na dinâmica intrafamiliar. As pesquisas revelam repetidamente que a violência sofrida pelo homem é causada, em sua

grande maioria, por indivíduos estranhos ou pouco conhecidos, ao passo que a violência contra a mulher e as crianças é praticada por pessoas do convívio familiar, sejam maridos, sejam companheiros, irmãos, primos, pais, padrastos ou outros.

Em recente pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo em parceria com o Sesc, se concluiu que a cada 2 minutos cinco mulheres são espancadas por homens com quem mantêm ou mantiveram algum tipo de vínculo. “Os dados mostram que a violência contra a mulher não é um problema privado, de casal. É social e exige políticas públicas”, afirma Gustavo Venturini, professor da USP e supervisor dessa pesquisa, intitulada *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado* (2011).

Na sua Teoria da Transformação Cultural, a socióloga e advogada Riane Eisler nos diz que o modelo dominador é aquele comumente chamado de “patriarcal” ou “matriarcal”, no qual uma metade da humanidade se considera superior à outra metade e cujas características, no caso dos patriarcados, se resumem da seguinte maneira:

| Modelo de dominação / controle | |
|--|--|
| Estrutura social | Estrutura autoritária de rígidos escalões e hierarquia de dominação* |
| Relações de gênero | Os homens são mais valorizados que as mulheres. Grande destaque para atividades e características associadas à assim chamada “masculinidade**”, tais como controle e conquista de pessoas e da natureza. |
| Medo e violência | Presença de muito medo, bem como de violência e abuso socialmente aceitos, desde espancamento de mulheres e crianças, estupro, guerras até abusos emocionais pelos “superiores”, tanto nas famílias como em ambientes de trabalho e na sociedade em geral. |
| Sistema de crenças | Relações de controle/dominação tidas como normais, desejáveis e morais. |
| Fonte: Riane Eisler. <i>O Poder da Parceria</i> . São Paulo: Palas Athena Editora, 2007. p. 216. | |
| * O que chamo de hierarquia de dominação é aquela baseada no medo da dor e/ou força. | |
| ** “Masculinidade” e “feminilidade” neste contexto correspondem aos estereótipos de gênero apropriados para uma sociedade dominadora e não a nenhum traço inato feminino ou masculino. | |



Nesse modelo que determina as relações entre os gêneros, as atividades estereotipicamente atribuídas à mulher – cuidar das crianças, dos anciãos, dos doentes e dos afazeres domésticos – são desvalorizadas e ignoradas. O trabalho de cuidar, por exemplo, não é levado em conta em nenhum indicador de produtividade econômica, a exemplo do Produto Interno Bruto (PIB). O trabalho da babá recebe remuneração financeira insignificante. E mais: como bem assinala Riane Eisler, as leis trabalhistas exigem que o manobrista de carros em um estacionamento tenha carteira de motorista, o que pressupõe que seja alfabetizado. Desse modo, deixamos as chaves do nosso veículo nas mãos de um “profissional”, em geral um homem. Mas, quando contratamos os serviços de uma babá para cuidar de nossos filhos, em geral uma mulher, não há exigência legal alguma.

Conforme relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 2003, existem no Brasil aproximadamente 502.000 crianças e adolescentes desempenhando trabalhos domésticos e, destes, 93% são do sexo feminino. Apesar dos direitos garantidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, em vigor desde 1990, muitas dessas “trabalhadoras” são menores de 14 anos e trabalham mais de 40 horas semanais, ao passo que 55,5% delas não têm direito a férias e 64% recebem menos de um salário mínimo.



O emprego em atividade doméstica, além de ser a principal ocupação entre as mulheres, é também um meio frequente de entrada de crianças e adolescentes do sexo feminino no mercado de trabalho [...] e resulta possivelmente da pouca ou nenhuma exigência de qualificação profissional formal por parte dos empregadores – famílias de praticamente todas as classes sociais – e do aprendizado ‘natural’, no âmbito da própria família, no desempenho de atividades da rotina doméstica. (Santana, V. et al. In: *Violência faz mal à saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. p. 114).

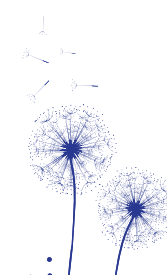
O repertório de atividades realizadas por mulheres ou homens em uma sociedade e seus consequentes significados e valorização dependem da cultura em que estão inseridos, isto é, dos padrões de comportamento socialmente transmitidos, que incluem modos de organização econômica, de agrupamento social, de visões de mundo, de crenças e práticas religiosas, de apreciação estética e modalidades de pensar, sentir e agir. É a cultura, mais do que a herança genética, que determina o comportamento humano e justifica suas realizações. Nascemos com o sexo feminino ou masculino; contudo, a forma de expressar a condição de mulher ou de homem depende radicalmente da educação que recebemos na família, na escola e no meio social que nos acolhe. Nas palavras do professor Edgar Morin: “Somos 100% biológicos e 100% culturais”.

Eis aí onde se encontra a esperança e o maior incentivo para avançarmos em reflexão e ação no enfrentamento da violência doméstica perpetrada contra mulheres, crianças, adolescentes, idosos e portadores de necessidades especiais. Já que é através da educação que se transmitem valores, princípios, direitos, deveres/responsabilidades, empatia e senso de pertencimento a uma comunidade que nos reconhece e legitima, entendemos que é necessário revisar a maneira diferenciada de educar meninas e meninos no seio da família em uma cultura patriarcal ou autoritária, que ainda subsiste em grande parte do planeta.

- Compramos os mesmos brinquedos para nossas filhas e filhos? Ou reproduzimos os mesmos objetos que estereotipadamente vemos ser usados por adultos – bonecas e utensílios de cozinha para meninas; caminhões, trenzinhos e ferramentas para meninos?
- Convidamos nossos filhos varões para nos ajudar nos afazeres domésticos, como preparar alimentos, lavar a louça, limpar as dependências, arrumar as camas, enfeitar a mesa com arranjos florais?
- Quem lava e passa as próprias roupas em casa? Quando cai um botão ou é necessário costurar uma bainha, todos estão igualmente disponíveis, moças e rapazes?
- Se já adolescentes ou jovens, filhos e filhas têm os mesmos direitos quanto a horários, locais e amizades para sair e se divertir? Filhos e filhas podem receber igualmente seus namorados em seu quarto, ou as meninas têm que namorar apenas na sala?
- A mesada que recebem uns e outros é de igual valor?

Na construção da identidade de gênero, destaca o psicólogo Flávio Urra, ocorre uma bipolarização entre o que é ser homem e o que é ser mulher, considerando-se negativo tudo o que é masculino em uma mulher e tudo o que é feminino em um homem. Ora, todos nós nascemos com as mesmas necessidades básicas, não só de alimento, mas sobretudo de afeto, pois os vínculos emocionais saudáveis desde a infância são os responsáveis pela geração de autoestima, interesse em aprender, empatia e respeito com relação a outros, solidariedade, capacidade de oferecer e receber amor, criatividade e otimismo frente à vida.

As distorções começam quando as expectativas na educação de meninos promovem a valorização da força física, da ação destemida, da agressividade máscula, da competição, do espírito de honra, da virilidade, da imposição de suas certezas. Paralelamente, são desencorajadas manifestações afetivas, como o amor, a delicadeza, a doçura, a fragilidade, a cautela: “Menino não chora”, “Menino não leva desaforo pra casa”. Alguns estudos mostram que, para certos homens, ser cruel é sinônimo de virilidade, poder e *status*. A violência tornou-se para eles um modo de comunicação e de relação interpessoal, que avilta tanto a vítima quanto o agressor.



Um dado que chama a atenção na recente pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo / Sesc revela que: “As mulheres são mais favoráveis que os homens (75% / 59%) à ideia de que ‘para educar bem os filhos às vezes é preciso dar uns tapas neles’”. De fato, essa diferença (de grau) na visão de educação entre mulheres e homens corresponde à prática dos que têm ou tiveram filhos. Dentre estes, 75% das mães e 52% dos pais entrevistados declararam dar ‘uns tapas de vez em quando’ nos filhos”.

Dois fatores agravam mais ainda esta “naturalidade” da palmada “pedagógica”: 1) os pais batem para “educar” seus filhos, porque os amam e desejam que tenham um futuro promissor, que estejam cientes de seus direitos e deveres, e querem seu bem e sua felicidade; por isso desaprovam comportamentos que contrariam o funcionamento do grupo familiar ou da sociedade a que pertencem. 2) muitas das crianças e muitos dos jovens que apamham justificam o ato da mãe ou do pai alegando que mereciam a surra, porque foram mal na escola, ou desobedeceram, fizeram bagunça, mentiram ou mesmo porque irritaram os pais, que já estavam cansados e sem paciência. (Maria Amélia Azevedo e Viviane Guerra. *Mania de bater – A punição corporal doméstica de crianças e adolescentes no Brasil*. São Paulo: Iglu Editora, 2010).

De todas as tiranias, aquela exercida em prol do bem de suas vítimas talvez seja a mais opressiva.

C. S. Lewis

II - O QUE É NATURAL?

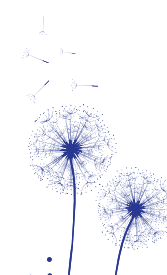
Uma das grandes dificuldades apresentadas pelo nosso tempo é que esquecemos as nossas bases, a nossa biologia, isto é, a nossa história como seres vivos. Há determinantes e limites biológicos que não podemos desconhecer, do mesmo modo como temos potencialidades a serem descobertas, valorizadas e aproveitadas.

A velha pergunta “de onde viemos?” é fundamental para podermos escolher para onde vamos. E a resposta a esta pergunta não é simples nem tem um consenso estabelecido. Contudo, podemos abordar algumas questões essenciais do cenário biológico que nos possibilitem uma visão mais ampla, menos distorcida por variáveis culturais, e que nos ajudem a entender um pouco mais o que somos.

O que estamos assinalando com a palavra **vida**? Quando dizemos “minha vida”, será que de fato ela é **minha**? E a vida da planta? A vida é o que se dá em mim ou eu sou algo que se dá na vida? Somos parte da vida ou ela é parte de nós?

Geralmente, estamos tão preocupados com nosso mundo particular que nos esquecemos do que está além de nós. A vida é um processo que acontece agora, nos precede, passa por nós e vai além – nós é que estamos inseridos na vida.

Resgatar a dimensão de que somos todos Natureza e fazemos parte do macroprojeto da Vida talvez nos auxilie a encontrar pistas mais seguras quanto aos rumos a seguir. Encurtar distâncias entre a nossa espécie e os outros seres vivos, entre mim e aquilo que me cerca, pode ser uma via para restaurar a integridade perdida e reconciliar a tríade Natureza-Espécie-Cultura.



A compreensão da Vida escapa aos telescópios e microscópios, à teologia e à filosofia; contudo, podemos nos apoiar nos parâmetros científicos mais aceitos e esboçar a história das nossas raízes biológicas.

Este universo no qual vivemos tem em torno de 14 bilhões de anos e teria começado com um imenso conjunto de partículas subatômicas em infinitas interações.

Há mais ou menos 7 bilhões de anos, formou-se a nossa galáxia; 5 bilhões de anos atrás, após a grande explosão da supernova que deu origem ao sistema solar, a matéria se organizou, formando o que chamamos de planeta Terra. Acabada a fase de convulsões telúricas, começa a formar-se a crosta terrestre, juntamente com suas várias camadas, e os átomos em constantes interações estabilizaram-se, unindo-se em moléculas, que se tornaram cada vez mais complexas.

O ambiente no passado de nosso planeta era muito diferente: o calor era intenso e praticamente toda a matéria derretida estava em processo de solidificação. Gases originados das rochas fundidas e dos vulcões ficaram retidos pela gravidade e formaram a atmosfera. Antes, ela teria sido arrancada violentamente (como há planetas sem atmosfera), mas agora toda esta flatulência do planeta pôde originar o elemento fundamental ao surgimento da vida: a atmosfera. Sua composição química era diversa da atual.

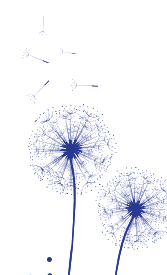
A água evaporava e, subindo, resfriava-se para em seguida precipitar-se em forma de chuvas torrenciais, que mal caíam já voltavam a evaporar, originando tempestades colossais, com descargas elétricas frequentes e magníficas. Sem a camada de ozônio, que hoje protege a Terra, a atmosfera era bombardeada pela radiação ultravioleta de alta intensidade, além de muitos outros raios cósmicos.

Nessas condições, foi possível a formação de moléculas cada vez mais complexas e entre elas surgiram os compostos orgânicos (proteínas, DNA, RNA etc.) graças à plasticidade do carbono, que é parte de todos os seres vivos conhecidos.

Temos então essas substâncias orgânicas arrastadas pelas chuvas para as águas tépidas dos oceanos, onde, juntando-se e separando-se ao sabor das reações químicas, formavam uma grande sopa de moléculas, as mais variadas. Nesse imenso espaço de interação contínua e intensa, essas moléculas (sem que saibamos de que forma isso aconteceu) acabaram por se organizar de uma forma própria e especial: separadas do ambiente por uma membrana, originaram os primeiros seres vivos, aquilo que podemos chamar genericamente de “bactérias”, as primeiras células vivas.

Agora, a matéria se organiza, lateja, se movimenta num processo que ganha sofisticação cada vez maior, em fluxos e contrafluxos mais e mais complexos. A matéria pulsa.

Voltando para casa: para que haja vida, é fundamental manter a pulsação, individualmente, em grupos e instituições. Uma família que não pulsa, que tende a enrijecer seus integrantes, está caminhando para a desagregação. Ao contrário, uma família que permite a contração e a expansão de seus membros através do respeito mútuo está num movimento a favor da vida. Assim vamos compreendendo nossas bases; elas nos mostram a necessidade da pulsação. Isso nos ajuda a entender que é preciso garantir a pulsação num sistema familiar e que, quando esta começa a desaparecer, é preciso restaurá-la. O que mantém a saúde do sistema familiar não são os processos estanques, mas, sim, os dinâmicos. Restaurar a pulsação nem sempre é algo muito difícil, pois ela é característica inata do ser vivo. Às vezes, basta simplesmente criar as condições adequadas que a pulsação renasce.



a) Autopoiese

Para aprofundar nosso olhar sobre o fenômeno vital, vamos lançar mão de uma das abordagens mais modernas na tentativa de entender a Vida: estamos nos referindo ao conceito de autopoiese desenvolvido pelos biólogos e filósofos chilenos Humberto Maturana e Francisco Varela.

Autopoiese é a capacidade de qualquer ser vivo de se autoproduzir, o que o definiria como ser vivo. Qualquer ser vivo está continuamente se autoproduzindo e, nesse processo, sua estrutura está sempre se modificando. A mudança, o fluxo incessante de matéria e energia, permite o crescimento, o desenvolvimento e a evolução do sistema que constitui o ser vivo.

Às vezes, confundimos estabilidade com imobilidade. Tudo se transforma o tempo todo e, se o universo é entrópico, tende à desorganização. A vida é um fenômeno antientrópico, ela está continuamente se transformando e encontrando novos níveis de organização, melhor dizendo, de auto-organização. Cada vez mais estável e com maior mobilidade.

Com base no conceito de autopoiese, podemos considerar os seres vivos como redes de interações moleculares que se autoproduzem e especificam seus próprios limites. Aqui, a palavra “rede” se torna fundamental: não é nenhuma molécula nem um grupo de moléculas específicas que determina o que é uma célula, mas, sim, o conjunto das suas interações. Não é o caráter físico dos elementos, mas a forma como eles se organizam uns com os outros que distingue a vida. O que define a célula viva é o como a rede está montada.

Esta é a base da visão sistêmica segundo a qual importa mais a relação entre os elementos do sistema que os elementos tomados separadamente. É mais significativo para esta abordagem compreender o tipo de relações que o indivíduo estabelece, as interações em que está envolvido do que considerá-lo isoladamente. Não estamos acostumados a esta forma de ver. Fomos treinados em nossa cultura a considerar muito mais o indivíduo do que ele em suas relações.

b) Cooperação

Neste ponto de nosso estudo, não podemos deixar de perguntar e destacar algo que parece óbvio, mas que tem consequências essenciais para entender nossas bases biológicas.

Que tipo de relação/interação precisa acontecer entre as moléculas (dos seres vivos) para que elas sejam um ser vivo?

Relações cooperativas

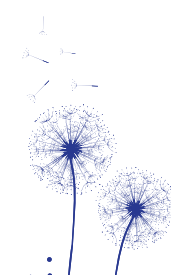
Se essas moléculas não operarem juntas, trabalharem juntas, não teremos uma célula viva (no caso, uma bactéria). Podemos ousar e concluir que o que fundamenta o surgimento da vida são as relações cooperativas. Eis aí outro elemento de nossas bases.

Não há como negar que existem relações competitivas na natureza, mas, sem reações cooperativas entre moléculas e, mais tarde, entre células, não haveria vida.

Por causa dessas relações entre moléculas, o todo (a célula) é maior que a soma das partes (moléculas de proteínas, DNA etc., que a compõem).

A presença e as características individuais daquelas moléculas eram necessárias, mas não explicam a vida. É a maneira própria como as moléculas se relacionam, trabalhando juntas, cooperando, que faz delas um ser vivo.

Voltando para casa: À guisa de ilustração sobre relações cooperativas, o professor Reimon Panikkar relata no final do seu livro *O espírito da política* que o primo de um aluno seu foi para um pequeno povoado da África realizar uma tarefa docente, num programa que os Estados Unidos criaram no governo Kennedy para ajudar os países



do chamado “Terceiro Mundo”. Sensível às questões de intervencionismo e desejando evitar qualquer atitude arrogante, se dispôs a dar aulas de ginástica. Certo dia, levou uma caixa de guloseimas e convidou seus jovens alunos a disputar uma corrida. Assinalou uma árvore que estava a pouco mais de 100 metros e disse: “Estão vendo aquela árvore ali? Vou contar ‘um, dois, três’ e vocês começarão a correr na direção dela. Quem chegar primeiro ganhará os doces”. Dito e feito. Os jovens se alinharam e, finalizada a contagem, deram-se as mãos e correram juntos. Queriam dividir o prêmio. A felicidade de um era a felicidade de todos.

c) Autonomia

Outra consequência importante desta abordagem é o reconhecimento de que os seres vivos são unidades autônomas. A autopoiese nos remete imediatamente à questão da autonomia da vida, a autonomia de todo o viver. Esta é uma condição básica da vida. O ser vivo, como unidade autopoietica, se autodetermina. Maturana explica: “[...] se uma célula interage com uma molécula X, incorporando-a a seus processos, o que acontece como consequência da interação não está determinado pelas propriedades dessa molécula, e sim pela maneira como ela é ‘vista’ ou tomada pela célula, ao incorporá-la à sua dinâmica autopoietica”.

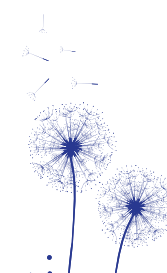
Veja, por exemplo, uma célula aeróbica, que toma ou “vê” o oxigênio como essencial à sua sobrevivência, e uma célula anaeróbica, que toma ou “vê” o oxigênio como veneno, sendo o oxigênio a mesma substância para as duas. Assim, não é o meio que determina o ser vivo, que o informa, que lhe diz o que ser e fazer (ainda, neste ponto, estamos considerando os outros seres vivos como parte do meio).

Um sistema muda o que ele faz, expressa uma mudança de conduta a partir da mudança que ocorre primeiro em sua estrutura. Portanto, de dentro para fora, qualquer que seja a motivação, ela é sempre endógena.

Precisamos entender melhor como são as relações com o meio. Apesar de não estarmos submetidos ao meio, precisamos dele para que desencadeie o processo de mudança e de transformação tão necessário à nossa sobrevivência. É o meio que nos convida, que nos estimula à transformação.

Isso é assim com todos os seres vivos. Tomemos outro exemplo: diante de uma mudança climática, cada ser vivo reage de forma diferente – uns vão migrar, outros irão espessar sua camada de gordura protetora, outros modificarão seu metabolismo. Essas mudanças não foram causadas pela alteração da temperatura, mas pela estrutura de cada ser vivo em congruência com o meio, tanto é que cada um apresenta mudanças diferentes. Não foi o meio que instruiu, que determinou qual mudança deveria acontecer; ele apenas forneceu o estímulo para que houvesse a mudança. E é claro que cada mudança dessas desencadeou no meio outras tantas mudanças, num processo mútuo de estimulação.

Dependemos do meio (e do outro), mas não temos que ser submissos a ele. Esta é outra confusão em nossa cultura. Dependere não significa necessariamente obedecer, subordinar-se. Sem dúvida, um precisa do outro, mas não determina o que o outro será. Um estimula o outro a se modificar, desperta no outro a necessidade de mudar! O meio perturba e desencadeia mudanças, que são determinadas pela estrutura da célula, não pelo meio. Na verdade, as relações que se estabelecem entre os seres vivos e o meio não são de dependência, mas de interdependência. Foram as relações de reciprocidade que permitiram que a vida se desenvolvesse.



Ainda dentro desta visão, precisamos compreender melhor algumas sutilezas de crucial importância: se esse processo de estímulo recíproco e mudança autônoma do ser vivo acontecesse pontual ou esporadicamente, não teríamos um fenômeno de grande importância. Imagine, porém, que isso ocorre continuamente numa interação prolongada no tempo e num espaço... Isso é o que chamamos de “convivência”.

Portanto, se as interações são recorrentes (convivência) e não destrutivas, surge um **acoplamento estrutural**, em que ambos se modificam acoplando suas estruturas dentro da relação. Sem perder a autonomia, **ambos** vão se modificando **juntos** nessa relação.

Trazendo estas considerações para a esfera humana e considerando o **acoplamento** entre seres humanos, então reconhecemos que ambos mudam sempre juntos ao participar de um processo de interações recorrentes, no qual ambos estimulam as mudanças e se adaptam às mudanças um do outro e, assim, vão se transformando sucessivamente.

Ninguém muda ninguém e também ninguém muda sozinho. Todos se modificam **juntos** na relação.

Fica claro que é a dinâmica relacional que catalisa, seleciona as mudanças que ocorrerão. É a relação que impulsiona a sequência de eventos da mudança numa ou noutra direção. Relações violentas impulsionam na direção de mudanças violentas (corporais, mentais, fisiológicas, ambientais etc.). O mesmo acontece com relações pacíficas. Somos determinados, mas não predeterminados; a cada momento decidimos a trajetória e a ação, exatamente no momento do encontro.

Em cada instante vital, surgem configurações que não se repetem, a partir das quais serão feitas nossas escolhas. A cada momento, estamos negociando com a vida, o que nos permite rever o caminho e o caminhar. A cada momento, nossas relações estão nos propondo desafios; a cada momento, estamos acertando a trajetória.

Portanto, a possibilidade de mudança está ancorada em nosso processo vital, em nossa biologia, e a chave para ela são as nossas relações.

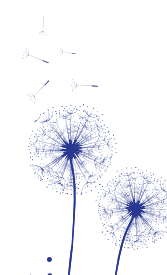
d) Pluricelularidade

Compreendida a importância das relações, podemos observar alguns pontos fundamentais do nosso caminho biológico no planeta Terra.

Durante muitos milhões de anos, os seres primitivos unicelulares interagiram e se relacionaram entre si e com os outros elementos do meio ambiente; porém, chegou um momento em que, segundo os registros fósseis, ocorre o surgimento dos primeiros seres pluricelulares, formados por mais de uma célula. Surgem, por exemplo, as esponjas, consideradas os primeiros animais sobre o planeta. Elas são formadas de células muito parecidas entre si, mas que agora estarão juntas ao longo da vida da esponja. Antes, ao se multiplicar, os seres vivos unicelulares se dividiam, formando duas novas células filhas. Nos pluricelulares, isso muda: suas células desenvolvem a habilidade de, após a divisão, manter-se unidas, num acoplamento estrutural, operando em conjunto.

Não é difícil compreender que essas células (que compõem qualquer organismo pluricelular, inclusive nós mesmos) precisam estabelecer relações íntimas e de franca cooperação para que o organismo inteiro possa subsistir. Mais uma vez, o todo é maior que a soma das partes; mais uma vez, a cooperação está na base de nosso processo vital.

Temos novamente uma rede. Só que, agora, é uma rede de células, que forma indivíduos pluricelulares (a árvore, o coelho, o peixe...). E tudo o que foi dito anteriormente sobre a rede de moléculas que compõe a célula vale agora para os seres vivos pluricelulares. Trata-se de uma rede de interações dinâmicas, em que uma parte afetada afeta o todo.



e) Diversidade

Com a pluricelularidade, surge um mundo de possibilidades novas. Fica muito mais fácil inovar. Uma pequena mudança em qualquer dessas células e teremos um indivíduo diferente, outra possibilidade de vida, muitas linhagens diversas. A rede dinâmica de interações entre as células é que dá a identidade de cada ser; assim, teremos inúmeras formas de ser no mundo, dependendo dessas interações.

Com esta inovação, a da pluricelularidade, a vida no último bilhão de anos explode em multiplicidade. Daqui para a frente, surgem inumeráveis espécies, diferentes umas das outras, que compõem um assombroso espetáculo de diversidade, todas elas interconectadas e interdependentes, vivendo de alguma forma juntas neste planeta e modificando-se junto com o planeta.

Átomos interagem e surgem as moléculas, que por sua vez interagem e compõem células. Estas se organizam em complexas redes de interações e compõem os órgãos. Estes se relacionam e temos os sistemas. Os sistemas interconectados e em cooperação constituem um organismo. Organismos vivos, reunidos em populações, formam os ecossistemas; e o conjunto dos ecossistemas descortina a biosfera, essa magnífica rede de relacionamentos, uma sinfonia estupenda na qual cada instrumento toca uma melodia e todas as melodias juntas mantêm a rede pulsante e pujante de vida.

Vida é relação: o surgimento da vida ocorre a partir da cooperação dinâmica de átomos, células, órgãos e seres que viabilizam sua renovação e atualização mediante trocas permanentes. Nenhum organismo individual existe isoladamente ou subsiste no isolamento.

f) Fenômeno Social

Vale a pena ainda nos determos em mais um elemento importante. Quando ocorrem interações recorrentes entre seres vivos dotados de sistema nervoso, ou seja, quando eles formam um grupo, vemos surgir uma fenomenologia peculiar. Ou seja, em grupo, esses seres vivos produzem uma série de fenômenos próprios, que só ocorrem porque estão em grupo.

Tais fenômenos, que podemos chamar de “sociais”, se tornam indispensáveis para a sobrevivência dos indivíduos. Lembremo-nos de que, sem o fenômeno social, os gametas não poderiam se encontrar e dar margem à reprodução. Mesmo a comunicação só é possível como fenômeno grupal.

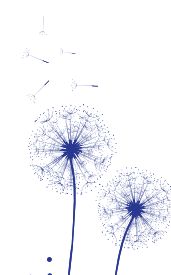
Podemos considerar um grupo como uma rede de interações recíprocas de seres vivos que de alguma forma produz-se a si mesma e tem um limite, ainda que fugaz e transitório. Outra vez, estamos diante da autopoiese.

No grupo, surgem competências para atividades que cada indivíduo sozinho não seria capaz de realizar. O todo é maior que a soma das partes. É fácil concluir que tudo o que destrói o fenômeno social, destrói a biologia que nos constitui.

e) Biologia do Amor

Se a capacidade de socialização é garantia de vida, a “legitimação do outro” é condição essencial para que ela ocorra. Maturana chama esse ato de “Amar”, insiste que seja um verbo, pois se trata de uma ação. Amar é o domínio de ações que constitui o outro como “legítimo”, o outro na convivência.

Mais do que reconhecer o outro, é preciso legitimá-lo. Legitimar significa aceitar o outro, incondicionalmente, na sua diferença; ele não precisa justificar sua presença na relação. Ele está nela simplesmente porque é um ser vivo, jamais uma coisa. “A aceitação do outro junto a nós na convivência é o fundamento biológico do fenômeno social. Sem amor, sem a aceitação do outro junto a nós, não há socialização, e sem esta não há humanidade. Qualquer coisa que destrua ou limite a aceitação do outro, desde a competição até a posse da verdade, passando pela certeza ideológica, destrói ou limita o acontecimento do fenômeno social. Portanto, destrói também o ser humano, porque elimina o processo biológico que o gera”. (Humberto Maturana e Francisco Varela. *A árvore do conhecimento*. 8ª ed. São Paulo: Palas Athena Editora. p. 61).

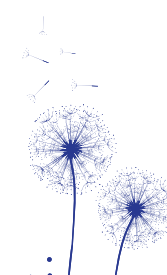


Eis por que a violência, em qualquer de suas manifestações, provoca sofrimento. E não apenas da vítima. Quando o ofensor tem condições de encarar as consequências reais sofridas por outrem em virtude de sua ação, isto é, as consequências sofridas pela vítima, pelos parentes da vítima, pela sua própria família e amigos que se envergonham de seus atos, esse ofensor também sofre, sente culpa, mágoa, revolta contra si mesmo. Mas dificilmente consegue se responsabilizar de maneira plena pelos danos que causou; sempre encontra uma justificativa através de racionalizações que reduzem a gravidade de seus atos, colocando a culpa em outras pessoas ou situações.

O nosso sistema judicial é congruente com o modelo patriarcal/dominador/autoritário da cultura vigente e, portanto, não tem mecanismos de restauração da normalidade frente aos ilícitos – apenas administra punições. O professor Howard Zehr, reconhecido mundialmente como um dos pioneiros da Justiça Restaurativa, diz a esse respeito: “Para que os ofensores voltem a ser pessoas íntegras, devem confessar seus erros, admitir sua responsabilidade e reconhecer o mal que fizeram. Somente então é possível o arrependimento e a virada para começar de novo em outra direção. A confissão seguida de arrependimento é a chave para a cura dos ofensores – mas também pode trazer a cura para as vítimas”. (Zehr, H. *Trocando as lentes – um novo foco sobre o crime e a justiça*. São Paulo: Palas Athena Editora, 2008. p. 50).

A efetividade restaurativa da responsabilização vem sendo confirmada por trabalhos feitos com homens agressores encaminhados pela Justiça ou que participam voluntariamente. Destacamos o Programa Gênero e Cidadania, fruto de uma parceria da Assessoria dos Direitos da Mulher da Prefeitura de Santo André (SP), cuja metodologia combina a pedagogia participativa, o diálogo, a pergunta e a reflexão, tendo como marco conceitual questões de direitos humanos. A avaliação é promissora: “O resultado, observado em homens que frequentaram o grupo reflexivo semanalmente por cerca de um ano, apresenta índices de mudança de discurso e rompimento com a violência física”.

O Instituto Noos, organização não governamental sediada no Rio de Janeiro, oferece uma série de serviços voltados à construção da cidadania, entre eles o Programa de Prevenção à Violência Intrafamiliar e de Gênero, que abriga o Projeto “Paz em Casa, Paz no Mundo”, que promove gratuitamente grupos reflexivos de gênero para homens e grupos para mulheres. Partilhar idéias, sentimentos, crenças e dúvidas com pessoas que se encontram em situações semelhantes cria naturalmente uma rede de compreensão, de acolhimento e respeito, o que por sua vez cria espaço para revisar atitudes e preconceitos. Isto é altamente terapêutico e encorajador.



III – AS MÚLTIPLAS FACES DA VIOLÊNCIA

Está em marcha uma crescente consciência ética e moral. Esta coloca sob lentes de aumento a maneira de ser e estar no mundo, promovendo dinâmicas sociais inclusivas e democráticas que condenam o uso abusivo do poder, da opressão e da intolerância frente à diversidade natural e de expressão características do humano. Isso se reflete nos centros de estudo e pesquisa espalhados no mundo inteiro dedicados a compreender e desnaturalizar esse fenômeno a que chamamos “violência”.

O professor norueguês Johan Galtung, um dos mais destacados mediadores internacionais de conflitos, diz que “a violência está presente quando os seres humanos se veem dominados de tal forma que suas realizações afetivas, somáticas e intelectuais estão abaixo de suas realizações potenciais”. Na atualidade, os pesquisadores preferem falar de violências (no plural) assinalando a complexidade e a multicausalidade que caracteriza a ocorrência.

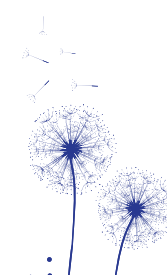
No Brasil, usa-se com frequência a definição adotada pela Organização Mundial da Saúde (OMS): “Violência é o uso intencional de força física ou do poder real ou ameaça contra si próprio, contra outra pessoa ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulta ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação”.

A fim de clarear conceitos sem entrar em detalhes técnicos, podemos falar de:

- 1)** Violência pessoal ou direta: caracterizada fundamentalmente pela intenção de causar dano físico e/ou psicológico a uma pessoa ou grupo.
- 2)** Violência estrutural: encontra-se na estrutura social e se manifesta como um poder desigual e, em consequência, como oportunidades desiguais. Os recursos materiais, culturais, de serviços estão distribuídos de maneira desigual, não há acesso a eles para todos.
- 3)** Violência cultural: é a mais disseminada e invisível. Perpetua e reproduz preconceitos

causadores de discriminação e exclusão. Os múltiplos preconceitos de gênero, cor, classe, crença, opção sexual concretizam-se como uma forma simbólica de pensar e agir na qual se legitima o menosprezo, a manipulação, a subordinação e a segregação de outro ou outros a partir de um sentimento de superioridade. Alguns exemplos aberrantes desse tipo de violência podem ser verificados em diferentes culturas, todas elas inscritas em modelos patriarcais de dominação, a saber:

- a)** Na China, por mais de mil anos, se praticou o costume de “embelezar” as mulheres mantendo-lhes os pés pequenos. Para conseguir isso, se enfaixavam os pés das meninas, dos 4 aos 12 anos de idade, com tiras que eram costuradas para não ser arrancadas. Contudo, como os pés não param de crescer, era necessário dobrar os dedos e sujeitá-los para baixo da planta dos pés, deformando-os. O procedimento era causa de dor permanente, impedia que a futura mulher, com os dedos enfaixados, pudesse percorrer longas distâncias ou fugir de casa se quisesse. Essa prática foi proibida em 1950; contudo, muitos pais continuaram enfaixando os pés de suas filhas, alegando que assim seriam mais bonitas!
- b)** Por mais de 400 anos, do Iluminismo no século XVIII até o século XX, a moda ocidental para as mulheres exigia cinturas ultrafinas. Como a natureza não podia oferecer dimensões tão reduzidas, criou-se o espartilho. Feito de metal ou tecido engomado e barbatanas de baleia, era ajustado ao corpo, pressionando os órgãos internos para baixo, a fim de elevar o busto e comprimir o diâmetro da cintura. Problemas respiratórios, de circulação, digestão e até fraturas de costelas eram o preço que se pagava para agradar aos homens.
- c)** Mulheres-girafas. Esse é o nome que recebem as mulheres de Gana, país africano, e de algumas etnias da Ásia, que aumentam o comprimento do pescoço em até 25 centímetros com o uso de aros de metal, formando uma espiral em forma de colar, colocados desde a infância e usados permanentemente. Uma das explicações dadas para esse costume é que os homens ornamentam dessa maneira suas mulheres para mostrar riqueza e se fazer respeitar. Antigamente, os aros eram de ouro; hoje, são de cobre e latão.
- d)** Infibulação e ablação: mutilações dos genitais femininos praticadas ainda hoje em vários países da África e alguns da Ásia sob a alegação de estarem prescritas pela tradição ou pela religião.



Essas práticas podem ser feitas em qualquer idade, mas geralmente acontecem na infância, e cada vez mais em bebês, sob o pretexto de que estes são insensíveis à dor. A infibulação consiste na costura dos lábios vaginais ou do clitóris, ao passo que a ablação é a remoção do clitóris. Ambas têm por finalidade assegurar a castidade da mulher e a preservação da virgindade até o casamento, diminuindo consideravelmente o prazer durante as relações sexuais. Estas intervenções cirúrgicas são feitas sem anestesia, com objetos cortantes impróprios, que causam danos físicos e psicológicos irreversíveis e, ainda, morte de meninas. A mobilização mundial desencadeada durante as conferências das Nações Unidas para a Mulher, entre 1975 e 1985, surtiram efeito: em 2003, firmou-se o Protocolo à Carta Africana de Direitos do Homem e dos Povos, relativo aos direitos das mulheres, que no seu artigo 5 estipula: “Os Estados interditam e condenam todas as formas de práticas nefastas que afetem negativamente os direitos humanos das mulheres e que são contrários às normas internacionais. Os Estados devem tomar todas as medidas legislativas e outras a fim de erradicar estas práticas”.

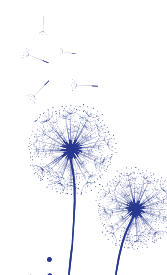
IV – VIOLÊNCIA DOMÉSTICA OU INTRAFAMILIAR

Como já havíamos assinalado, a família é um acoplamento estrutural em que as interações saudáveis acolhem a autonomia de cada um de seus membros, de modo que todos se modificam juntos na relação que sustentam. A importância do lar na formação e constituição da personalidade de todos os que nele participam é inconteste.

Entre os vertebrados e especialmente entre os mamíferos, há uma tendência natural à imitação; ela é, de longe, a forma de aprendizado mais importante. A capacidade de aprender resulta em grande medida da qualidade dos vínculos que o bebê estabelece com seus pais ou provedores. A psicóloga britânica Penelope Leach adverte que é nos primeiros anos de vida que se estruturam a personalidade, a capacidade criativa e relacional de um indivíduo. Desse modo, cada aspecto do desenvolvimento de uma criança depende da parceria com adultos. Ela conclui que “essas primeiras lições formam a base de confiança que os recém-nascidos depositam nos outros e em si mesmos, da infância até a velhice”.

Conforme constata os neurocientistas da atualidade, o ser humano surge como espécie graças a processos comportamentais de encontro, partilha, cooperação, aceitação mútua, confiança e respeito. Sem eles, não teríamos nos humanizado ou, melhor dizendo, não estaríamos em processo de humanização, visto que a consciência humana amplia seu horizonte e repertório à medida que metaboliza experiências e conhecimentos novos.

A qualidade do vínculo que se estabelece entre os membros de uma família determina se esse espaço será amigável ou hostil. Apanhar de alguém na rua é muito diferente de apanhar dos pais ou dos irmãos; em qualquer dos casos, estamos diante da violência, só que no lar ela deixa marcas e consequências muito mais profundas. O mesmo vale quando presenciamos agressões verbais, psicológicas ou físicas entre aqueles com os quais temos vínculos familiares. Como bem resume a professora e pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Márcia Cecília de Souza Minayo:



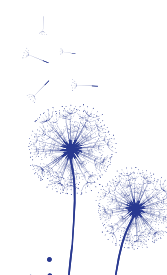
O aprendizado inicial de uma criança se dá na família, microcosmo da sociedade, em que, ao mesmo tempo, se vivem as relações primárias, se constroem os processos identificatórios, se definem papéis sociais de gênero, cultura de classe e se reproduzem as bases do poder. A família é também o lócus da política, misturado no cotidiano das pessoas, das discussões com os pais e nas decisões sobre o futuro. É um espaço de afeto e também de expressão de conflitos e contradições.

É necessário destacar que o modelo de família vem manifestando mudanças significativas nas últimas décadas em consequência da flexibilização das relações, dos novos repertórios de valores individuais e coletivos e das mudanças de organização social. Pai, mãe e filhos já não retratam a realidade da estrutura familiar contemporânea – temos famílias de mãe e filhos, pai e filhos, meio-irmãos convivendo no mesmo lar, avós assumindo a educação de seus netos, padrastos e madrastas, casais homossexuais vivendo com seus próprios filhos ou com crianças provenientes de adoção legal... todas são formas de criação e manutenção de vínculos familiares, cujos efeitos ainda estamos aprendendo a reconhecer.

Considerando as bases biológicas que regem os seres vivos e as estruturas psicológicas que constituem o humano, é imperioso desnaturalizar a violência, sobretudo a que acontece dentro das famílias, pois ela será reproduzida no campo social. Recentes pesquisas em etologia (estudo do comportamento animal), por exemplo, já não nos permitem justificar nossas violências atribuindo-as à nossa herança animal, como salienta a Declaração de Sevilha sobre a Violência, documento conclusivo de uma reunião entre cientistas sociais, psicólogos, biólogos, etologistas, neurofisiologistas e geneticistas convocada pela Unesco em 1986, na Espanha. Nela se afirma que:

[...] É cientificamente incorreto dizer que herdamos uma tendência a fazer guerra de nossos ancestrais animais [...]. O fato de que a guerra mudou tão radicalmente ao longo do tempo indica que ela é um produto cultural. O elo da guerra com a biologia se estabelece fundamentalmente através da linguagem, que possibilita a coordenação de grupos, a transmissão da tecnologia e o uso de ferramentas. A guerra é biologicamente possível, mas não inevitável, como demonstrado pela variação de sua natureza e frequência no tempo e no espaço. Há culturas que não se envolveram na guerra durante séculos, e há culturas que estiveram em guerra frequentemente em alguns períodos e não em outros.

Portanto, podemos afirmar sem equívoco que a violência não é um fenômeno natural, mas constituída historicamente e reproduzida de geração em geração. Quando uma família manifesta um padrão comportamental de agressões constantes, está evidenciando as consequências de uma história pessoal que se organizou a partir dos vínculos estabelecidos dentro de um contexto histórico-cultural de determinada sociedade. Isso, longe de ser uma desculpa ou justificativa para atos inaceitáveis, confirma a necessidade de quebrar o silêncio e, desse modo, superar as barreiras do preconceito, da discriminação, da ignorância e da convivência no espaço mais privilegiado para promover mudanças culturais – a família.



Violência Praticada Contra a Mulher

As Nações Unidas definem a violência contra a mulher como “qualquer ato de violência baseado na diferença de gênero que resulte em sofrimentos e danos físicos, sexuais e psicológicos da mulher; inclusive ameaças de tais atos, coerção e privação da liberdade, na vida pública ou privada”.

O braço legal para prevenir e punir ações desse tipo hoje está consolidado na sociedade brasileira na Lei nº 11.340, adotada em agosto de 2006 e mais conhecida pelo nome de “Lei Maria da Penha”, em virtude da luta jurídica mantida pela bioquímica cearense Maria da Penha Maia Fernandes, que ficou paraplégica em 1983 em consequência de um tiro pelas costas disparado por seu marido enquanto ela dormia.

No capítulo II, art. 7 dessa lei, são especificadas as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, como segue:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao

matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

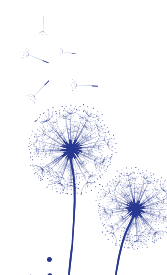
IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

Sem dúvida, é importante celebrar os avanços, mas lembrar que a transformação de cultura, comportamento, atitude e prática leva tempo. A promulgação de uma lei não é suficiente. É preciso uma intensa mobilização da sociedade civil e das instituições governamentais, das forças produtivas e lideranças religiosas para vencer as resistências e enfrentar os desafios. A esse respeito, a advogada feminista Letícia Massula observa que: “Se, por um lado, o desafio da implementação da Lei Maria da Penha é grande, os resultados são compensadores. Nos estados onde ela está sendo implementada corretamente, como é o caso do Mato Grosso, a reincidência praticamente acabou, deixando claro que a vontade política de aplicar a lei faz toda a diferença na vida das mulheres vitimadas”.

A Organização Mundial da Saúde coordenou em oito países uma pesquisa para aferir o impacto da violência física e sexual sobre a saúde de mulheres vitimadas, cuja conclusão é: as vítimas apresentam mais problemas de saúde do que as que não têm histórico de violência. A incidência de tentativa de suicídio é de duas a três vezes maior entre as mulheres que sofreram violência física ou sexual. As consequências psicológicas são devastadoras e podem se tornar irreversíveis. Eis alguns sintomas:

- Medos infundados;
- Perda de autoestima;



- Distúrbios de comportamento, como dispersão e pouco cuidado consigo mesma, desleixo;
- Fobias e terror noturno;
- Comportamentos autodestrutivos;
- Isolamento social;
- Depressão;
- Potencialização da agressividade e/ou passividade de interesse em aprender ou conhecer coisas novas.

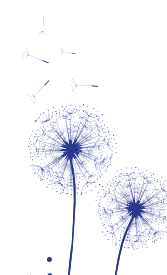
V – REDES DE PREVENÇÃO E DE PROTEÇÃO

Nas duas últimas décadas, a sociedade brasileira adquiriu singular competência para se organizar em redes a fim de trocar informações, implementar projetos comuns, articular novos espaços de conhecimento ou mesmo prestar serviços no atendimento de demandas sociais.

A organização em rede é uma estratégia de fortalecimento político e social que, graças a sua complexidade, diversidade e respeito aos princípios de equidade e democracia, educa para o desenvolvimento social sustentável e gera cultura colaborativa. Ela vem para se contrapor à organização piramidal, característica da cultura de competição, que se funda na hierarquia, no uso da informação como forma de poder, nas relações de subordinação e na concentração das decisões no topo da pirâmide. A organização em rede é uma nova tecnologia social que busca criar uma cultura colaborativa, na qual as partes se relacionam com o todo de modo voluntário e equitativo, as relações são horizontais, as decisões são responsabilidade de todos e o grupo se fortalece através do diálogo, da cooperação, do compartilhamento de tarefas e do compromisso com a realização dos projetos comuns assumidos. Numa organização em rede, a educação passa a desempenhar papel central, não mais como formadora de mão de obra empresarial, mas como matriz de humanização e formação de cidadãos autônomos e singulares, porém socialmente engajados na construção do bem comum.

As redes sociais têm especial utilidade nos contextos em que é necessária uma estratégia para aglutinar forças e emprestar sinergia a agentes sociais, comunidades e iniciativas da sociedade civil em torno de objetivos comuns. A grosso modo, cinco elementos são necessários à efetivação delas:

- 1) Reunião em espaço comum presencial ou virtual para formação de elos entre os componentes;
- 2) Identificação e conhecimento mútuo para estabelecimento de diagnósticos;



- 3) Colocação de visões de mundo e propostas;
- 4) Composição de parcerias e escolha consensual da missão;
- 5) Definição do projeto ou ação conjunta e formação do compromisso conjunto para realizar planejamento e ações e, por fim, avaliar os resultados.

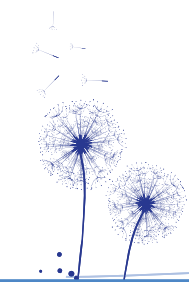
Destaca-se nesse sentido a iniciativa pioneira da educadora Ute Craemer ao criar, há mais de 30 anos, a Associação Comunitária Monte Azul, que atua nas áreas de educação, saúde, cultura e meio ambiente, tendo promovido sinergia entre poder público, iniciativa privada e movimentos sociais para transformar uma das comunidades menos privilegiadas no município de São Paulo, as favelas Monte Azul, Peínha e Horizonte Azul, com resultados amplamente reconhecidos nacional e internacionalmente.

“A rede de enfrentamento à violência contra mulheres”, diz a assistente social Marilda de Oliveira Lemos, “é formada por todas as instituições, serviços, organizações e pessoas que direta ou indiretamente estão envolvidas com a temática”, o que significa envolver desde as diferentes polícias, Instituto Médico Legal, Delegacias de Defesa da Mulher, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e organizações sociais até secretários de Saúde, Educação, Assistência Social, entre outros. É, de fato, “fazer conversar” setores que não têm a tradição histórica de trabalhar juntos de maneira intersetorial, mas que aprendem na medida em que verificam a eficiência dessa integração.

É oportuno destacar aqui o papel das entidades da sociedade civil, cuja militância e perseverança assinalam ao poder público os caminhos necessários a uma sociedade democrática, justa e saudável, na qual o Modelo Patriarcal de Dominação dê lugar ao Modelo de Parceria, cujas características, para a advogada Riane Eisler, são:

| Modelo de parceria / respeito | |
|--|--|
| Estrutura social | Estrutura social igualitária de conexões e hierarquias de realização.* |
| Relações de gênero | Igual valorização de homens e mulheres. Grande destaque para atividades e características como empatia, não violência e atenção cuidadosa, não só nas mulheres, mas também nos homens e nas políticas sociais. |
| Medo e violência | Presença de confiança mútua, pouco medo e violência social, já que não são necessários para manter o rígido escalonamento hierárquico da dominação. |
| Sistema de crenças | Relações de parceria/respeito tidas como normais, desejáveis e morais. |
| Fonte: Riane Eisler. O poder da parceria. São Paulo: Palas Athena Editora, 2007. p. 216. | |
| * O que chamo de <i>hierarquia de realização</i> é aquela na qual a liderança e a administração concedem poder, ao invés de subtraí-lo, e a meta são níveis melhores de funcionamento. | |

A perspectiva de um modelo civilizatório pautado na parceria honrará mulheres e homens sem diferenças, pelo simples fato de termos compreendido o que verdadeiramente importa: cultivar afetos, reconhecer-nos mutuamente, nos solidarizar na construção de um futuro digno para todos e celebrar juntos nossa comunidade de origem e de destino.



BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, Maria Amélia e GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. *Mania de bater – A punição corporal doméstica de crianças e adolescentes no Brasil*. São Paulo: Iglu Editora, 2010.

BRASIL, Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006. (Lei Maria da Penha).

CYRULNIK, Boris. *Os alimentos afetivos*. 2ª ed. São Paulo: WMF/Martins Fontes, 2007.

EISLER, Riane. *O poder da parceria*. São Paulo: Palas Athena Editora, 2007.

FERRARI, Dalka e VECINA, Tereza (Orgs). *O fim do silêncio na violência familiar*. 2ª ed. São Paulo: Editora Ágora, 2002.

FUNDAÇÃO Perseu Abramo e Sesc. *Pesquisa Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado*, 2010.

MATURANA, Humberto e VARELA, Francisco. *A árvore do conhecimento – As bases biológicas da compreensão humana*. 8ª ed. São Paulo: Palas Athena Editora, 2010.

MINISTÉRIO da Saúde. *Violência faz mal à saúde*. Brasília, DF, 2004.

PREFEITURA de Santo André (SP) e Governo Federal. *Tecendo redes em defesa da vida das mulheres*. São Paulo, s. d.

OS AUTORES

Lia Diskin

Formada em jornalismo, com especialização em Crítica literária. É cofundadora da associação Palas Athena e criadora de dezenas de programas culturais e socioeducativos. Coordenadora do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz – uma parceria Unesco – Palas Athena. Recebeu, na celebração de 60 anos da Unesco, Diploma de Reconhecimento pela sua contribuição na área de Direitos Humanos e Cultura de Paz. Autora, entre outros, de *Cultura de Paz - Redes de Convivência*, (Senac), *Paz como se faz?* e *Vamos Ubuntar - um convite para cultivar a paz*, ambos publicados pela Unesco.

José Romão Trigo de Aguiar

Formado em Medicina (PUC), especialização em Homeopatia e Psicoterapia pelo Instituto Brasileiro de Biossíntese. Médico clínico e terapeuta. Professor da Palas Athena, onde coordena o Programa de Formação de Multiplicadores em Ética e Visões de Mundo. Coordenador do Programa Ética do Acolhimento, junto da Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo.





Sobre o Instituto Avon

A campanha “Fale sem Medo - Não à violência doméstica” e a “Mobilização Avon contra o câncer de mama” são as duas frentes do Instituto Avon, criado no Brasil em 2003, como uma Oscip - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, alinhado com as atividades da Avon Foundation for Women, com sede nos Estados Unidos e atuação desde 1955.

Para saber mais sobre as atividades do Instituto visite:

www.institutoavon.org.br

Expediente

Coordenação Editorial: Minom Pinho

Coordenação de Conteúdo: Amanda Ferreira, Julio Bierrenbach

Textos: Lia Diskin e Romão Trigo Aguiar

Editoração: Fernando Gavronski

Revisão: Mirian Paglia Costa

DIREITOS DE CÓPIA

É permitida a cópia e a distribuição desta obra sob as seguintes condições:

- deve ser dado crédito ao Instituto Avon e à Associação Palas Athena;
- esta obra não pode ser usada com finalidades comerciais;
- a obra não pode ser alterada, transformada ou utilizada para gerar uma outra publicação a partir deste conteúdo.

Se você precisar de orientação para um caso de violência doméstica contra a mulher,

LIGUE 180

Um serviço da Secretaria de Políticas para as Mulheres.